

A PRESENÇA KAIKGANG NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA (2010-2018) ANALISADA SOB A ÓTICA BIBLIOGRÁFICA ALIADA À HISTÓRIA ORAL

Michelly Bohatch Markowcz¹
Vilson Luis Markowcz²
Jayne Priscilla Pastori³
Aila Villela Bolzan⁴

INTRODUÇÃO

Ao tratar da temática indígena é indispensável a reflexão sobre as dificuldades que tem sido enfrentadas por esses povos nas últimas décadas, como a diminuição territorial das terras indígenas (TI) e as inúmeras agressões de que têm sido vítimas.

Apesar de todos os esforços, a instituição de leis como a 11.645/2008, tornando obrigatório o ensino da história e cultura indígena nas escolas brasileiras em nível fundamental e médio, ainda se perpetuam em nossa sociedade e principalmente no ambiente escolar a manutenção de uma visão estereotipada do indígena, além da desvalorização do seu legado cultural.

Sob essa perspectiva, Reis e Barbosa (2012), desenvolveram uma pesquisa visando investigar “a permanência ou não dos preconceitos e/ou estereótipos referentes à temática indígena no livro didático” (Reis e Barbosa, 2012, p. 1) e concluíram que:

[...] os conteúdos veiculados sobre cultura indígena está pouco organizado, sem linearidade dos acontecimentos, com fatos isolados em títulos vazios. Isso contribui para a uma confusa imagem em relação ao índio, as informações basicamente se resumem a brincadeiras indígenas, costumes alimentares e sua participação dos índios no descobrimento do Brasil, em relação a essa última referência podemos perceber que antes da apresentação do índio como primeiro habitante do país o que está anteposto é a figura europeia, mesmo quando o assunto é somente a cultura indígena. Reis e Barbosa (2012, p. 11)

É relevante considerar também que as populações indígenas no sul do Brasil têm despertado interesse da academia nas últimas décadas. Áreas como a História, a Antropologia Social, a Linguística e a Educação estão envolvidas nesta pesquisa e entre os representantes indígenas mencionados, estão os KAIKGANG.

O atual conjunto de dados etnológicos, lingüísticos, biológicos e arqueológicos sustenta a hipótese de que a origem e começo da expansão dos Kaingang e Xokleng ocorreu a partir de uma área fora do sul – a ser definida – no Brasil Central e áreas vizinhas acima do

1 Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

2 Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

3 Orientadora. Mestranda em História pela UEPG. É professora da rede estadual de ensino do Paraná e coordenadora do Curso de Graduação em Pedagogia da Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz - FACIBRA.

4 Co-orientadora. Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do curso de Ciências Sociais da Faculdade Sagrada Família (FASF).

Paralelo 16°, onde está concentrada a maioria das populações do tronco Macro-Jê. (ROSA, 2002, p. 314)

Acontece que, ao longo dos anos, o povo Kaingang, pertencente à Família linguística Jê do Tronco Macro Jê, conviveu com processos de expropriação das suas terras, as quais lhe conferiam sobrevivência, acolá a destruição das florestas e campos que abriram espaço para as fazendas agropastoris e as cidades.

Dentro da bibliografia consultada, (teses, dissertações, relatos de viajantes, cronistas, documentos da Câmara Municipal de Ponta Grossa, entre outros), não consta que o município de Ponta Grossa, localizado no segundo planalto paranaense, nos Campos Gerais tenha sido região de ocupação do povo Kaingang, e sim, somente região de “passagem”.

Região de passagem, refere-se ao local em que se realizam os acampamentos temporários e tradicionais (WÂRE). São as sociedades que tem uma economia ancestral com base na caça, pesca e coleta de alimentos da natureza. Contudo, os KAINGANG se viram obrigados a aderir novos padrões que lhes foram impostos pelo colonizador e isso implicou diretamente em uma ressignificação do Wâre.

Cremos na pertinência do tema e na reflexão dos motivos pelos quais o “tropeirismo” seja explorado em grande escala nas academias e livros didáticos regionais em detrimento da contribuição e ancestralidade da presença de povos indígenas e quilombolas na região.

O movimento tropeirista, caracterizado como um ciclo econômico de longa duração, abrangeu um período que foi desde o fim do século XVII, quando não havia estradas, apenas trilhas ou caminhos abertos pelos nativos, até as primeiras décadas do século XX, quando teve início a implantação dos meios de transportes mais modernos, como por exemplo a ferrovia. (...) A temática envolvendo o tropeirismo se contextualiza e prolifera em diversos segmentos sociais e tem estimulado estudos sobre documentos de cartórios, acervos de museus temáticos, arquitetura de casas antigas em fazendas e centros urbanos, culinária, festas e diversos eventos relacionados ao folclore tropeiro. Essas iniciativas constituem fatos que renovam o apreço pela diversidade étnico-cultural e o reconhecimento da identidade social, as quais se integram às atividades da área da Educação, Turismo e Arte, estimulando assim a pesquisa científica e informações sobre o movimento tropeirista e a formação dos povoados e consequente cidades ao longo do caminho. (FRASSON; GOMES, 2010).

Desta forma, a relevância dos tropeiros é indis-

cutível historicamente, mas isso não justifica que nos textos e livros didáticos escolares a representação dos quilombolas seja comumente reduzida à escravidão e servidão (como nas ilustrações de Jean-Baptiste Debret), tampouco sejam tentados a manter o pensamento, como bem coloca a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2012), de que “as sociedades indígenas de agora são a imagem do que foi o Brasil pré-cabralino, e que, como dizia Varnhagen por razões diferentes, sua história se reduz estritamente à sua etnografia”. (CUNHA, 2012, p. 12)

Desta forma, o presente artigo tem por objetivo trazer à tona a pesquisa bibliográfica aliada à história oral, onde os dados coletados em entrevistas também foram apresentados, sendo imprescindíveis para a compreensão da realidade vivenciada pelos indígenas, assim como seus resultados e discussões.

A cidade de Ponta Grossa é local de passagem para população indígena transitória das aldeias da região.

As aldeias em que vivem são atualmente Terras Indígenas (TI's) demarcadas pelo Estado nacional que foram reconhecidas pelo poder político conforme prescreve a Constituição Federal de 1988, mas que em verdade se tratam de resquícios das suas terras originárias. Atualmente estes aldeamentos fazem parte das cidades de Ivaí, Cândido de Abreu e Turvo, cuja denominação é, respectivamente, Área Indígena Ivaí, Área Indígena Lote do Vitorino e Área Indígena Faxinal (ambas em Cândido de Abreu), e Área Indígena Marrecas. (BARROS; JUNIOR; BUZATO, 2012, p.147).

Estas famílias indígenas, ao se deslocarem em acampamentos temporários até este município, buscam vender seus artesanatos e caso não seja suficiente, complementam sua renda comercializando doces e balas nos sinaleiros, perturbando o olhar do “homem branco”.

Em 2010, no município de Ponta Grossa, engajados na perspectiva de que política indigenista tratava-se apenas em providenciar um “espaço” onde os indígenas de passagem pudessem ficar abrigados durante o acampamento temporário (Wâre), o poder público local implantou a primeira Casa de Apoio, mais popularmente conhecida como a Casa do Índio, aos indígenas que, tendo em vista a necessidade de sua readaptação de vida, permaneciam mais tempo na cidade.

Contudo, em Ponta Grossa a questão indígena é tratada pela sociedade e principalmente pela mídia local dualista, ora de forma a vitimizar os indígenas de passagem, ora tornando-os culpados, utilizando argumentos que promovem a higienização do espaço urbano.

Constatamos tal afirmação quando analisamos as manchetes publicadas nos jornais locais no que tange a presença indígena em Ponta Grossa, nos anos compreendidos entre 2010 a 2018: “Índios abandonados moram com ratos e baratas em Ponta Grossa”⁵, ou ainda: “Índios deixam 30 toneladas de lixo em mata nativa”⁶.

Evidenciando quão atual, pertinente e aparentemente sem solução permanecem as reivindicações Kaingang nos Campos Gerais, na data 27 de março de 2018, reuniram-se no município de Ponta Grossa, no Auditório do Colégio SEPAM, representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Fundação de Assistência Social, procuradora do município, além do engenheiro urbano da Secretaria de Planejamento e representantes do Ministério Público Federal e da comarca de Ponta Grossa; membros do Conselho Tutelar e representantes indígenas da etnia Kaingang responsáveis pela administração voluntária da Casa de Apoio, entre outros participantes, a fim de discutir questões respeito da política indigenista local.

Engajados na investigação bibliográfica acerca do tema, na leitura de documentos e na percepção da forma como a mídia local faz juízo de valor acerca da questão, buscou-se aliar a História Oral com intuito de dar voz ao grupo minoritário de passagem no município de Ponta Grossa e na Casa de Apoio (da implantação ao encerramento – 2010 a 2018), grupo este que, analisado sob prisma conceitual de autores que versam a respeito se tratam de

[...] grupos vulneráveis, no que tange a duas problemáticas: a primeira diz respeito ao que se entende por (in) tolerância, e a outra, às questões ideológicas que perpassam um discurso que tem se tornado cada vez mais comum no Brasil, o discurso de ódio, com desdobramentos na esfera da ação, seja como desrespeito, seja como comportamento odioso. (CARMO, 2016, p. 2012).

Universidade Estadual de Ponta Grossa. Atualmente reside em um Núcleo Habitacional do município e luta para sobreviver diante de um quadro adverso e seu companheiro, o indígena Adevanil, popularmente conhecido como Marciano, que fez questão em participar com seu relato. Ambos entendem que ao se permitirem contribuir com este trabalho, percebem no mesmo o caráter de fortale-

cimento de uma luta.

Assim, foram direcionadas questões que buscavam compreender como o povo Kaingang se sente e é tratado na cidade (no recorte espacial desde a implantação da Casa de Apoio, 2010, até seu encerramento, 2018), acrescido aos motivos que os levaram a ampliar seu tempo de estadia no município, além da forma como se percebem diante do poder público local.

Foram realizadas duas entrevistas com os indígenas kaingang Fátima e Marciano, ambas foram gravadas em arquivo de áudio e posteriormente transcritas em sua integralidade.

Para dar suporte à história oral, a pesquisa bibliográfica foi amparada em documentos oficiais, artigos, teses, dissertações de diversos autores, entre eles Lucio Tadeu Mota, doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998), que desenvolveu seus estudos e pesquisas na área de História indígena, além de aprofundar-se na antropologia e arqueologia referentes às populações indígenas no Sul do Brasil, principalmente sobre os povos Kaingang e Xetá.

O presente artigo será desenvolvido em três seções. A primeira descreve alguns aspectos do modo de vida do povo Kaingang de forma a contribuir para o entendimento e compreensão de sua cultura. Na segunda seção constam os procedimentos metodológicos, sujeitos e instrumentos de pesquisa, além dos preceitos básicos para o desenvolvimento do trabalho. No terceiro momento, são expostos os resultados e discussões, bem como a análise dos dados coletados em entrevistas, as quais são imprescindíveis para a compreensão da realidade vivenciada pelos indígenas em questão.

ALGUNS ASPECTOS DO MODO DE VIDA DO POVO KAINGANG

Em tempos remotos, aconteceu um dilúvio que cobriu todo o planeta Terra, que era habitado então pelos nossos antepassados. Somente o cume da Serra Krinjinjimbé (Serra do Mar) sobressaía-se da extraordinária inundação. Os Kaingang, Kaiurucré e Kamé nadavam em direção à Serra do Mar, cada um com um luminoso tição (pedaço de madeira acesa) entre os dentes. Os Kaiurucré cansaram, afundaram e lá pereceram. Os Kaingang, por sua vez, mesmo com dificuldade, atingiram o alto da serra Krinjinjimbé, uns estabeleceram-se no chão, outros nos ramos

5...Índios abandonados moram com ratos e baratas em Ponta Grossa (aRede.info, 18 de fevereiro de 2016 09:41). Disponível em: <http://m.areded.info/ponta-grossa/38259/indios-abandonados-moram-com-ratos-e-baratas-em-pg>, acesso em 02 Out. 2018, às 17h.

6... Índios deixam 30 toneladas de lixo em mata nativa (aRede.info, 18 de abril de 2018 17:24). Disponível em: <http://m.areded.info/ponta-grossa/210338/indios-deixam-30-toneladas-de-lixo-em-mata-nativa>, acesso em 02 de Out. 2018, às 17h30.

das árvores, já que não acharam outro lugar. Passaram-se vários dias sem que as águas baixassem. Sem nenhum alimento, os índios esperavam a morte. Foi daí que ouviram o canto de saracuras, que lançavam terra na água formando uma grande barreira de barro assentado. Logo as águas começaram a recuar. Os Kaingang clamavam às saracuras que se apressassem; estas redobraram seus gorjeios e convidaram os patos para que as ajudassem na tarefa. Em pouco tempo, conseguiram formar uma planície espaçosa no monte, dando bastante campo aos Kaingang, com exceção daqueles que tinham se refugiado nas árvores: estes foram transformados em monitós ou macacos, e os Curutons, em caroias, macacos urradores (Bugio). As saracuras tinham começado seu trabalho do lado de onde saiu o sol, essa é a razão pela qual os rios e arroios kaingang tomam seu curso na costa e desembocam no grande rio Paraná.⁷

De acordo com SILVA (2002, p. 190) são vários os etnólogos que ao longo dos anos concordam que existe um dualismo Kaingang, perceptível principalmente na organização social, que “se caracteriza pela existência de duas metades exogâmicas, patri-lineares, complementares e assimétricas, designadas como Kamé e Kainru-kré”, ou seja, o dualismo Kaingang apresenta uma relação de “oposição e complementaridade um ao outro” (SILVA, 2002. p. 191).

Nimuendaju (1987, p. 122 *apud* SILVA 2002, p. 190) afirma que: “não apenas toda a tribo Kaingygn, do Tietê ao Ijuhy, divide-se nestes dois clãs exogâmicos, segundo a sua ascendência paterna, mas toda a natureza”.

A partir da cosmovisão fica estabelecida a existência de pares heróis contrastantes, mas que se complementam entre si. E esse é um dos princípios fundamentais do Kaingang: a complementaridade entre opostos

[...] cuja abrangência engloba todo o cosmo, incluindo, entre outros, os elementos classificatórios no âmbito da natureza e de sua exploração, as relações entre os homens, a organização social e ritual do espaço, a cultura material, as representações sobre as características físicas, emocionais e psicológicas, as diferenciações de papéis sociais e os padrões gráficos representados em vários suportes. (SILVA, 2002, p. 192)

Ainda que existam consideráveis bibliografias, além de imensurável volume de documentos que não foram difundidos sobre os Kaingang, muito pouco se conhece acerca de seus ascendentes pré-históricos.

Durante o primeiro meio século, os índios foram sobretudo parceiros comerciais dos europeus, trocando por foices, machados e facas o pau-brasil para tintura de tecidos e curiosidades exóticas como papagaios e macacos, em feitorias costeiras. (MARCHANT, 1980 *apud* Cunha, 2012, p. 18).

Cunha (2012, p. 18) ainda complementa:

Com o primeiro governo geral do Brasil, a Colônia se instalou como tal e as relações alteraram-se, tensionadas pelos interesses em jogo que, do lado europeu, envolviam colonos, governo e missionários, mantendo entre si, como assinala Taylor, uma complexa relação feita de conflito e de simbiose.

Desta forma, o interesse da coroa deixou de ser o simples escambo com o povo local e passou a ser a mão de obra escrava, a ser transformada em caneiros ou soldados que pudessem garantir a captura de mais indígenas.

Sabe-se que com o fim do Império e a instalação da República em 1889, os povos indígenas se viram obrigados a recriar uma nova maneira de lidar com o poder do Estado, tendo em vista a necessidade em garantir sua sobrevivência mesmo que isso implicasse em readequação total de seus modos de vida tradicionais diante da nova condição política.

Passando através do Império e da República, a política indigenista foi sendo incorporada como um assunto importante a ser tratado pelo Estado. Contudo, o povo Kaingang, conviveu ao longo dos anos com processos de expropriação das suas terras que lhe conferiam subsistência, haja vista as florestas e campos de outrora, foram substituídos gradativamente pelas fazendas agropastoris e pelas cidades.

Conforme Tommasino & Almeida (2014, p. 27):

A partir da década de 1930, em uma escala crescente, os territórios kaingang foram ocupados por colonos brancos e o Estado, através de leis e decretos, passa a expropriar as terras indígenas para viabilizar a ocupação moderna em moldes capitalistas. O processo de redução das áreas ocupadas pelos Kaingang de forma geral se deu através de um conjunto de medidas conduzidas por interesses intersetoriais do Estado e de capitalistas (madeireiros, empresas colonizadoras e colonos).

A expansão da cafeicultura e das fazendas agropastoris avançava cada vez mais rumo aos postos, que eram as terras Kaingang já delimitadas. Não suficiente a drástica redução das terras, ainda era

⁷ Lenda Kaingang narrada pelo professor kaingang Dorvalino, adaptada pelo acadêmico Alex Sandro Maggioni Spindler e revisada pela Profª. Me. Rosemari Lorenz Martins. Disponível em: <http://multileitura kaingang.blogspot.com/2011/08/lenda-kaingang-origem-do-mundo-kaingang.html> acesso em: 30 Ago. 2018.

comum o desmatamento dentro e fora dos postos.

[...] os Kaingang recriaram seus territórios nos espaços dominados pela sociedade nacional através de várias estratégias pragmáticas. Tendo perdido a condição de livres, os Kaingang foram submetidos a várias políticas indigenistas ao longo da história, dos aldeamentos no governo imperial às políticas do período republicano com o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e depois a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Por ser uma experiência histórica recente, é possível perceber a heterogeneidade das respostas culturais disposta lado-a-lado o ethos caçador-coletor e elementos novos adotados no processo de relacionamento com a sociedade brasileira em termos mais abrangentes. (TOMMASINO & ALMEIDA, 2014, p. 20).

Conforme Tommasino & Almeida (2014, p. 19) “essas perdas dos ecossistemas que garantiam sua economia de caça-pesca-coleta ocorreram gradativamente”, e desta forma, não é difícil imaginar que o povo Kaingang se tornou absolutamente refém do sistema de mercado branco e “a venda de cestaria nas cidades e mesmo a mendicância e a prostituição surgiram como alternativas complementares de sobrevivência”. (TOMMASINO & ALMEIDA, 2014, p. 29).

Na história recente, portanto, é possível identificar duas grandes perdas sofridas pelo povo Kaingang ambas são significativas e determinantes para alteração do seu modo de vida: a autonomia política e sequencialmente, aos poucos, a autonomia econômica.

Atualmente, ambas as perdas (autonomia política e econômica) fizeram dos Kaingang nada além de vítimas do sistema de mercado capitalista branco, tendo em vista que nele foram inseridos desde a conquista.

Trata-se de um retrocesso de grandes dimensões contra as sociedades indígenas em todos os aspectos. Ignora-se por completo que este grupo minoritário, ainda cresce e permanece vivendo confinado em minúsculos espaços demarcados, exacerbando os conflitos entre brancos e indígenas em função das “demandas por terras, ampliando significativamente a ocupação de grupos indígenas organizados nas cidades, cada vez mais produzindo «aldeias urbanas»” (TOMMASINO & ALMEIDA, 2014, p. 20).

Conforme Mota (2007, p. 51) o deslocamento e ocupação do grupo Jê (Kaingang) do Brasil central para o sul, realizou-se de forma a buscar a parecença às regiões que ocupavam em seus locais de origem. Assim, se pode afirmar que, “após ocupar os planaltos de cerrados entre os rios Tietê e Parana-

panema eles iniciaram a ocupação dos Campos Gerais no Paraná” (MOTA, 2007, p. 51) e em meados do século XVIII, a partir das primeiras expedições coloniais dos territórios hoje conhecidos como paranaenses. Desse modo,

[...] foi possível conhecer parcialmente a toponímia empregada pelos Kaingang para nominar seus territórios: Koran-bang-rê (campos de Guarapuava); Kreie-bang-rê (campos de Palmas); Kampo-rê (Campo Erê - sudoeste); Payquerê (campos entre os rios Ivaí e Piquiri hoje nos municípios de Campo Mourão, Mamborê Ubiratã e outros adjacentes); Minkriniarê (campos de Chagu, oeste de Guarapuava no município de Laranjeiras do Sul); campos do Inhoó (em São Jerônimo da Serra). E quando da ocupação da região norte e oeste do Paraná nos anos 30 a 50 do século XX, os Kaingang, que já estavam aldeados em São Jerônimo da Serra e Apucaraninha, circulavam pelas matas existentes caçando, coletando e pescando nos rios Tibagí, Pirapó, Ivaí, Piquiri e seus afluentes. (MOTA, 2007, p. 51).

DIREITOS INDÍGENAS: OS KAINGANG EM BUSCA DE ESPAÇO NOS CAMPOS GERAIS

Os três documentos originários da Câmara Municipal de Ponta Grossa datados do século XIX que foram analisados sob o prisma conceitual de Mota (1995), versavam sobre as reivindicações por direitos dos indígenas Kaingang então residentes no município de Ivaí (a 100 quilômetros aproximadamente de Ponta Grossa).

Os Kaingang, ao constatarem que seus territórios estavam sendo cada vez mais ocupados pelos brancos vindos do leste e tornando seus recursos cada vez mais escassos, perceberam a necessidade em explicitar às autoridades seu desejo de se fixar em algum local da região do Alto Ivaí, cuja área de abrangência é definida pela Unidade Hidrográfica do Alto Ivaí e está situada no segundo e no terceiro planalto paranaense (mapa 1).



Mapa 1 - Localização da Bacia do Alto Ivaí. Fonte: SEMA, 2010.

Para tanto, as lideranças kaingang apresentaram as reivindicações do seu povo, aos vereadores do maior núcleo urbano próximo, ou seja, Ponta Grossa.

Considerando que todos os documentos se referem a algum fato ou circunstância, os documentos da Câmara Municipal de Ponta Grossa relatam o comparecimento dos caciques Kaingang Paulino e Felisbino, da localidade de Porteirinha e Barra Vermelha, distante 15 léguas da cidade, junto a ela para solicitar terras, ferramentas e equipamentos para o fabrico de derivados de cana de açúcar. (MOTA, 1995, p. 147)

Sob a ótica da hermenêutica contemporânea, a análise de Mota (1995), leva a crer que as ações dos indígenas Kaingang, na verdade, foram políticas que visavam a garantir sua sobrevivência,

pois era necessário colocar para os dirigentes da sociedade envolvente dos Campos Gerais que eles estavam dispostos a se fixarem, e só se suas vidas fossem baseadas na agricultura isso poderia acontecer (MOTA, 1995, p. 152).

Contudo, para a vereança pontagrossense da época, sob a análise de Mota (1995, p.151) “a visita e as reivindicações dos índios é vislumbrada como uma possibilidade de aumentar sua capacidade expansionista”, uma vez que, se pudessem certificar que os indígenas fossem reunidos em único território se dedicando à agricultura, por exemplo, não

haveria a necessidade de deslocamento dos grupos para outras terras, assegurando às suas próprias. Por esta razão, se empenharam em garantir junto ao Presidente da província do Paraná, em atender as demandas dos Kaingang.

Refletindo sob este ponto de vista, a discussão atual sobre as reivindicações, modo de vida e mesmo a política indigenista da comarca de Ponta Grossa não poderia ser mais pertinente. Principalmente quando neste momento pode-se complementar com a riqueza da História Oral, à investigação bibliográfica, à leitura de documentos e à percepção da forma como a mídia local trata a questão.

ESCOPO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Conforme mencionado no início deste artigo, a pesquisa deste trabalho buscou contemplar de forma complementar através da pesquisa bibliográfica e da História Oral a maneira como a indígena Kain-gang Fatima e seu companheiro Adevanil, mais conhecido como Marciano, se sentem enquanto moradores e população temporária na cidade de Ponta Grossa, acrescidos aos motivos que os levaram a ampliar seu tempo de estadia (Wâre) no município e como se percebem diante do poder público local.

Assim, a bibliografia consultada possibilitou o en-

tendimento da situação em que tem vivido não apenas os entrevistados, mas também todo o povo kain-gang, uma vez que, para Pizzani et al (2012, p. 54)

Entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes.

É incontestável a imprescindibilidade da pesquisa bibliográfica para o todo da pesquisa, até porque, segundo Lima e Mioto (2007):

quando uma pesquisa bibliográfica é bem feita, ela é capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas. (LIMA E MIOTO, 2007 apud PIZZANI et al, 2012, p. 64).

A fim de enriquecer a investigação científica, optamos pela combinação de técnicas de pesquisa bibliográfica (ou fontes secundárias) e da História Oral:

É termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variadas formas, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Neste último caso, busca-se uma convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período de tempo. A História oral pode captar a experiência efetiva dos narradores, mas também recolhe destas tradições, mitos, narrativas de ficção, crenças existentes no grupo. (QUEIROZ, 1988, p. 19 apud RIGOTO, 1998, p. 118).

A História Oral tem sido utilizada em larga escala por historiadores, antropólogos, sociólogos e outros cientistas sociais que decidem pela perspectiva qualitativa, a fim de atingir os objetivos de suas pesquisas. Para a Historiadora e mestre em Antropologia Social, Verena Alberti, a História Oral:

É um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participam de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes versões e testemunhos. (ALBERTI, 1989, p. 1-3)

Sob o prisma de que a oralidade antecede à escrita, é irrefutável sua relevância à pesquisa no campo das

ciências sociais. Para Magalhães & Oliveira (2014, p. 4):

[...] como a história é uma ciência que traz em si a responsabilidade de perpetuar os fatos que acontecem no cotidiano da vida, reconhece que as formas de preservação e transmissão desse saber têm sua guarda em “lugares de memória”, e que, embora cada vez mais isso tenha sido confiado a arquivos, museus, monumentos patrimoniais, instituições, salas de cultura, o primeiro deles é a própria mente dos sujeitos históricos, onde tudo ocorre de forma única e insubstituível, embora invisível.

No que concerne à metodologia adotada, a abordagem é qualitativa, desta forma, os dados foram levantados a partir da pesquisa bibliográfica e complementados com a História Oral.

As entrevistas⁸ com ambos os indígenas já mencionados, foram realizadas através da saída de campo ao Núcleo Habitacional Londres em Ponta Grossa, onde atualmente residem ambos os indígenas, em condições absolutamente adversas.

Vivemo só com a bolsa que eu ganho da faculdade de Enfermagem que eu faço na UEPG, mais ou menos 950 reais por mês. Como a Casa do índio fechou, hoje pagamo 500 reais de aluguel, pois eu preciso terminar os meus estudos. Às vezes dá vontade de desistir de tudo, mas penso que não posso parar porque preciso ajudar minha comunidade. Tenho que dividir o dinheiro da bolsa, ainda tem água, luz, alimentação, leite e fralda pro nenê. Tenho 3 filhos. O pequeno mora comigo aqui, os outros dois moram com minha mãe na aldeia em Faxinal. Ainda preciso mandar um dinheirinho pra ajudar eles lá, sabe? Esses dias eu fui vender balainhos no Terminal Central, pois não tinha dinheiro nem pra comprar o gás. Mas a maioria das pessoas já olha com cara feia. Não entendo porque. Precisamos trabalhar pra sobreviver. Não tamo fazendo nada de errado. As coisa são muito difícil por aqui. Alguns ajuda a gente. Outros não.” (ENTREVISTA ORAL).⁹

A metodologia da História Oral, segundo ATAÍDE (2016, p. 148), passa ser considerada de imensurável riqueza na coleta dos dados, tendo que vista que:

[...] atribui importância aos sujeitos e as suas histórias, na construção e reconstrução de suas trajetórias de vida. Por seu intermédio são registrados fatos para explicar o presente, o que, na contemporaneidade, assume um lugar de destaque e se legitima no âmbito das ciências humanas e sociais. (ATAÍDE, 2016, p. 148).

Para MASSONI:

Ao longo dos séculos XIX e XX, percebemos um movimento de transformação nessa postura, com um viés fortemente antropológico, através da mudança no conceito de cultura, uma vez que o homem

8 Mediante termo de doação e de compromisso de uso de fonte, baseado no Cap. II Direitos da personalidade, do Código Civil brasileiro.

9 Depoimento de FÁTIMA KOYO LUCAS, coletado pelos autores da pesquisa em Ponta Grossa, 20 Set. 2018.

comum e seu cotidiano, até então esquecidos, passaram a integrar o escopo de estudo da academia, assim como sujeitos, grupos sociais e comunidades antes taxados de “incultos” (MASSONI, 2017, p. 36)

A entrevista foi conduzida através de perguntas pré-estabelecidas e respostas transcritas de forma fidedignas, posteriormente analisadas dentro do contexto da pesquisa bibliográfica.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

As famílias indígenas Kaingang que vêm até o município de Ponta Grossa, de acordo com relato oral da indígena Fátima, são em sua grande maioria oriundas das Terras Indígenas de Faxinal, em menor número de Manoel Ribas e Ortigueira.

Trata-se de população transitória que vive em acampamentos temporários e que objetiva principalmente angariar recursos econômicos para suas aldeias com a venda de seus artesanatos (balaios, cestos, filtros dos sonhos¹⁰) e nos últimos tempos complementam a renda com o comércio de balas e doces nos semáforos.

Se a ancestralidade da etnia Kaingang é classificada como “caçador-coletor”, percebe-se então a ressignificação dos acampamentos temporários, onde outrora viviam da prática “da caça, pesca e coleta e tinham territórios imensos e repletos de alimentos” (TOMMASINO & ALMEIDA, 2014, p. 22). Hoje, buscam garantir a sobrevivência através do comércio diversificado no meio urbano, cada vez mais estendendo seu tempo de permanência na cidade, já que percebem seus artesanatos desvalorizados no valor do mercado capitalista branco:

tudo tá subindo de preço e os artesanato não. Então quando a gente oferta o cesto de ropa por 50, eles não quer comprar, então o preço máximo que dá pra fazer é 30. Se venderem 10, dá 300, mas ainda tem a passagem que é cara e não vem uma só pessoa, vem a família, então é por isso que eles fazem mais e ficam mais tempo na cidade, de 90 dias, até mais tempo”. (ENTREVISTA ORAL)¹¹

A partir do ano de 2010, com a inauguração da Casa de Apoio ao Índio, fatores como as intempéries faziam com que algumas famílias indígenas oca-

sionalmente constituídas por mulheres gestantes, ou mães com crianças pequenas, elegesseem como melhor possibilidade pernoitar na Casa, tendo em vista a mínima comodidade que ela proporcionava (teto para abrigar das chuvas, por exemplo, além de água encanada, não muito mais que isso).

A situação e as dificuldades enfrentadas na Casa de Apoio durante os anos de funcionamento (2010-2018), foram descritas pela indígena kaingang Fátima:

Foi difícil porque vinha índio de três localidade, Faxinal, Manoel Ribas e Queimadas de Ortigueira, para morar na casa. Até na limpeza era difícil, porque tinha uns que chegavam cansados e tinha vez que até mesmo eu fazia janta pra eles, porque tinha uns que traziam carne, aí eu falava pra eles o que tinha que fazer e o que não devia de fazer, que era sobre a bebida alcoólica, não consumir bebida alcoólica, não maltratar mulher, não bater na mulher e daí eles concordavam bem e daí assim, a gente trocava ideias, que eles queriam que fosse feito a gente ia conversando, porque na Casa, quando nos entramos tinha só aquelas beliches e os cobertores. Material de cozinha não tinha nada, tinha só duas panelas e uma panela de pressão grande e sem tampa ainda, eu tive que colocar lá meu fogão de quatro bocas e todo mundo cozinhava e esperava os outros comer pra poder chegar e daí com essa questão, as duas comunidades não se acertaram, que daí uma comunidade tinha que esperar a outra terminar de cozinha pra daí começa e uns acabava indo comer altas horas. Cada comunidade tinha que trazer sua comida, agora, se a comida viesse pela prefeitura, um só cozinhava pra todo mundo. Ia ser mais fácil. (ENTREVISTA ORAL)¹²

Durante esse mesmo período, Fátima ainda esclareceu que alguns grupos optavam manter seus acampamentos (Wâre) no entorno do Terminal Rodoviário, como há mais de 20 anos já vinham fazendo (conforme relatos da História Oral), tendo em vista que ali, estavam próximos às matas, às taquaras, onde é possível confeccionar seu artesanato, e, muito além, poderiam produzir o fogo, e manter acesa a chama da cultura, “daquele que está vivo” (LUCAS, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O encerramento da Casa de Apoio ao Índio de Ponta Grossa no ano de 2018, e que permanece fe-

10 Não foi encontrada uma definição científica para este objeto, contudo, sabe-se que se trata de um artefato xamânico que teve origem entre os índios norte-americanos, mais especificamente na tribo Ojibwa. O objeto produzido com aros orgânicos e trançado com teias de linha, tem por função, filtrar a energia negativa, impedindo que esta alcance àquele que o possui.

11... Depoimento de ADEVANIL KREGVAJ LOURENÇO, Vulgo: MARCIANO, coletado pelos autores da pesquisa em Ponta Grossa, 20 Set. 2018.
 12... Depoimento de FÁTIMA KOYO LUCAS, coletado pelos autores da pesquisa em Ponta Grossa, 20 Set. 2018.

chada até o momento de finalização desta pesquisa, leva a crer que tenha findado a única política indigenista presente na cidade, ou seja, o abrigo aos grupos indígenas que optassem lá pernoitar.

Se ao longo da história, aos povos indígenas foi imposto o sistema de expropriação de suas terras, o encerramento abrupto da Casa de Apoio, fez com que muitos Kaingang transitórios se sentissem desamparados e expropriados, inseridos de certa forma em um ciclo intermitente e desafortunado quando se faz a comparação dos tempos da colonização aos dias atuais.

Percebe-se, a partir da revisão bibliográfica realizada e dos documentos oriundos da Câmara de Ponta Grossa analisados por Lucio Tadeu Mota, que há séculos o Kaingang busca meios e modos de sobreviver na região dos Campos Gerais.

Uma vez que seus territórios de caça-pesca-coleta, paulatinamente se transformaram principalmente em cidades e fazendas agropastoris, o povo Kaingang ressignificou seus acampamentos temporários e hoje, constantemente nos deparamos com muitas famílias indígenas que vivem sobretudo da venda de seus artesanatos e da comercialização de balas e doces nos semáforos.

A possibilidade de complementar a pesquisa bibliográfica com a história oral através das entrevistas com os dois indígenas da etnia Kaingang, dá voz à população que está à margem do sistema e desconhece sua cultura:

Porque quanto mais ter alguma coisa dos kaingang, mais melhor... porque eles só tem dos Guarani, dos Tupi-Guarani. Dos Kaingang não tem nada nos livros. Então eu acho melhor divulga pra mais gente conhecer a realidade dos Kaingang. (ENTREVISTA ORAL)¹³

Neste sentido, a história oral corrobora muitos dos dados bibliográficos pesquisados, incentivando a discussão no âmbito político e social sobre os possíveis rumos da presença indígena no município de Ponta Grossa.

Com este trabalho foi possível contribuir de alguma forma para manter acesa a chama da cultura “daquele que está vivo”, já comentado durante o artigo. Não são apenas minorias, taquaras e artesanatos, mas seres humanos que pensam, sentem, fazem história e que vivem frequentemente marginalizados em uma sociedade que de certa forma contribuiu para que se configurasse tal situação.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **História Oral: A Experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

BARROS, Solange Aparecida Barbosa de Moraes. OLIVEIRA JUNIOR, Constantino Ribeiro de. BUZATO, Luiz Fernando Taques Fonseca. Reflexões acerca das consequências do contato entre índios e não índios no Brasil: o caso dos índios da cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Barranquilla, **Rivista Memórias**, 2012, n. 18, p. 115-155. Disponível em: <<http://rcientificas.uninorte.edu.co/index.php/memorias/article/view/4364/2960>> Acesso em 14/10/2018 às 09h39min>.

BUZATO, Luiz Fernando Taques Fonseca. **Proteção social às crianças indígenas no município de Ponta Grossa – Paraná: Possibilidades e limites no campo da representação**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. Disponível em: <<http://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/337/1/Luiz%20Fernando%20Taques%20Fonseca%20Buzato.pdf>> Acesso em 10/10/2018 às 15h14min.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil história, direitos e cidadania**. 1a ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012. Disponível em: <<https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/35025.pdf>> Acesso em 05/10/2018.

DARAHEN, Gabriela Campos. COSENTINO, Milena Callegari. CÂNDIDO, Gabriel Vieira. Massimi, Marina. O uso da história oral na Psicologia: percepção de experiências individuais. Rio de Janeiro, **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, 2014, v. 14, n. 3, p. 1039-1053. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v14n3/v14n3a19.pdf>> Acesso em 15/10/2018.

LOURENÇO, Adevanil Kregvaj. **Entrevista concedida à Michelly Bohatch Markowcz e Vilson Luis Markowcz**. Ponta Grossa, 20 Set. 2018.

LUCAS, Fatima Koyo. **Entrevista concedida à Mi-**

13 Depoimento de FÁTIMA KOYO LUCAS, coletado pelos autores da pesquisa em Ponta Grossa, 20 Set. 2018..

chelly Bohatch Markowcz e Vilson Luis Markowcz. Ponta Grossa, 20 Set. 2018.

MOTA, Lucio Tadeu. As populações indígenas Kaio-wá, Kaingang e as populações brasileiras na bacia dos rios Paranapanema/ Tibagi no século XIX: conquista e relações interculturais. Dourados, **Revista de História**, 2007, v. 9, n. 16, p. 47-72. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/40>> Acesso em 08/08/2018.

NOELLI, Francisco Silva. MOTA, Lúcio Tadeu & NOVAK, Éder da Silva, Os Kaingang do Vale do Ivaí – PR. História e relações interculturais, Maringá, EDUEM, 2008, 190pp. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2011, v. 54 nº 2. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/39659/43154>> Acesso em 10/08/2018.

PIZZANI, Luciana. SILVA, Rosemary Cristina da. BELLO, Suzelei Faria. HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. A Arte da Pesquisa Bibliográfica na busca do Conhecimento. Campinas, **Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf.**, 2012, v.10, n.1, p.53-66. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbc/article/view/1896>> Acesso em 14/10/2018.

QUEIROZ, M.I.P. (2008). Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: C.T. Lucena, M.C.S.S. Campos, & Z.B.F. Demartini (Orgs.). **Pesquisa em Ciências Sociais: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz**. (p. 35-77). São Paulo: CERU, Série 2, nº 10, 2008.

ROSA, Rogério Reus Gonçalves da. Uri e Wáxi: estudos interdisciplinares dos Kaingang. Porto Alegre, **Horizontes Antropológicos**, 2002, v. 8, n. 18, p. 313-321. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832002000200017&lng=en&nrm=iso> Acesso em 12/09/2018.

REIS, Elisangela Alves. BARBOSA, Rosimari Bueno. A representação do índio no livro didático. **Anais da Semana de Pedagogia da UEM**. Volume 1, Número 1. Maringá: UEM, 2012.

SILVA, Sérgio Baptista da. Dualismo e cosmologia Kaingang: o xamã e o domínio da floresta. Porto Alegre, **Horizontes Antropológicos**, 2002, v. 8, n. 18, p. 189-209. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832002000200017&lng=en&nrm=iso> Acesso em 15/09/2018.

TOMMASINO, Kimiye. Os novos acampamentos (Wâre) Kaingang na cidade de Londrina: mudança e persistência numa sociedade Jê. Londrina, **Revista Mediações**, 1998, v. 3, n. 2, p. 66-71. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/9310/8000>> Acesso em 22/08/2018.

TOMMASINO, Kimiye. ALMEIDA, Ledson Kurtz. Territórios e territorialidades kaingang: a reinvenção dos espaços e das formas de sobrevivência após a conquista. Dossiê – estudos sobre as sociedades Jê (Kaingang e Xokleng) no sul do Brasil. Londrina, **Revista Mediações**, 2014, v.19. n. 2, p. 18-42 Disponível em: <www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/download/20694/15761> Acesso em 10/08/2018.